

Epílogo

Denise Fagundes Jardim
Laura Cecilia López
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

JARDIM, DF., and LÓPEZ, LC., orgs. Epílogo. In: *Políticas da diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. Práticas de justiça e diversidade cultural series, pp. 191-196. ISBN 978-85-386-0385-6. Available from doi: [10.7476/9788538603856](https://doi.org/10.7476/9788538603856). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/sny5t/epub/jardim-9788538603856.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Epílogo

Denise Fagundes Jardim
Laura Cecilia López

Recuperamos aqui alguns cenários que nos remetem a necessidade de uma percepção ampliada das dinâmicas que envolvem o tema da diversidade cultural. Transcorridos dois anos desde que idealizamos o presente volume, algumas das questões aqui examinadas se desdobraram em novos desafios. Tanto o sistema de ingresso de cotas obteve a aprovação de sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal em 2012, quanto ao período de reserva de vagas por cotas foi estendido para mais um período de funcionamento na UFRGS. No que tange ao fenômeno migratório, uma série de documentos geridos por órgãos oficiais, planos de ação em âmbito federal e estadual vem sendo debatidos e acalentados por organizações de atendimento aos imigrantes e refugiados. Inúmeros documentos vêm sendo elaborados com a finalidade de garantir acessos e atender as vulnerabilidades a que são submetidos trabalhadores migrantes. Tais ações colocam em diálogo organizações civis e governamentais elaborando planos de ação estatal relativos à proteção dos direitos humanos para migrantes e refugiados no Brasil. Começa-se então a pensar sobre as dinâmicas de discriminação e vulnerabilidades específicas de segmentos imigrantes no Brasil atual e sobre o modo como ocorre o acesso a serviços de atenção à saúde e educação para migrantes e que garantam noções de dignidade. Todos esses cenários se desdobram e merecem a atenção dos antropólogos, como parte fundamental de sua experiência etnográfica.

Nesse volume, colocamos em análise alguns dos cenários em que as dinâmicas de entendimento das diferenças colocam em circulação inúmeros desconfortos e assimetrias. Por certo, as *políticas da diversidade* que nos referimos repousam exatamente nas dinâmicas que perturbam as certezas daqueles que gostariam de conferir previsibilidade e acomodar a diferença em uma visão estática do mundo social. Do contrário, evidenciamos um

campo constituído por tensões e negociações simbólicas, com protagonistas envolvidos em debater os sentidos da cidadania, pluralidade e dignidade humana. Se o universo de nossas reflexões se deteve em algumas experiências contemporâneas, e não em todas, não significa que não possamos desdobrar reflexões sobre hipervisibilização e visibilização para outros protagonistas. Fica aberta a sugestão para outros empreendimentos de pesquisa.

Nos cenários aqui apresentados a noção de *minorias* tem ressurgido com enorme vigor, trazendo à tona antigos conceitos em novas dinâmicas sociais. Tal horizonte nos exige repensar com enorme cuidado não só as políticas públicas destinadas às “minorias”, mas como essas alteridades vêm participando de um jogo social e discursivo, com uma enorme força simbólica, que visibiliza ou (in)invisibiliza a pertinência e a atenção voltada aos pleitos por equidade.

A hipervisibilidade de identidades coletivas poderia representar a emergência de um novo problema, uma vez que permeada pela conflitualidade? Para nós, um olhar mais detido nesses cenários nos permite compreender melhor as situações históricas em que os conceitos vêm sendo ressemantizados e chamar a atenção para os novos sentidos conferidos às noções de raça, etnicidade e direitos humanos. Nesse jogo discursivo se expressam os modos como qualificamos a diferença: se a colocamos no centro ou a relegamos à periferia do debate sobre as questões nacionais, como meras exceções.

Indicamos que do debate sobre os direitos minoritários, ainda existem continuidades expressas no “medo de erosão” da unidade nacional ou do próprio Estado. Faz-se necessário, portanto, ampliar nossa sensibilidade a aprendizados sobre a diversidade cultural que ajudem a desconstruir o “temor” à alteridade. É importante perceber que o debate contemporâneo sobre a identidade nacional se trava através da demanda por políticas públicas que tenham uma abertura para alteridades e não exatamente fórmulas prévias aplicáveis a “todos os casos”. Afinal, a antiga retórica pautada na salvaguarda da unidade nacional é reforçada exatamente por “fórmulas” sobre como atuar diante de “outros”, assim como os discursos que buscam fixar as alteridades tendem a performatizar as impossibilidades de acolher a existência de outras sensibilidades preconizando que essas só são tangíveis se “estabilizadas” em unidades reduzidas a pleitos minoritários. Nesse jogo discursivo, o diverso é reduzido a partícula de uma totalidade, essa sim estável e desejosa da harmonia das formas.

Nos cenários aqui expostos, ressaltamos a necessidade de uma abertura cada vez maior à pluralidade de experiências sociais que são, atualmente,

conformadoras da “questão nacional”. Ao reunir esses trabalhos, compartilhamos com o leitor alguns dos desafios mais recentes das políticas públicas que abarcam a diversidade. Entendemos que “as políticas da diversidade” aqui referidas não se confundem com as políticas públicas propriamente desenhadas em cada nação para segmentos “diferentes”. As políticas públicas são parte de um processo mais abrangente das políticas de alteridade testemunhadas na experiência sul-americana, em que grupos autóctones ou em posição histórica desvantajosa encontram meios (dispositivos constitucionais, tratados internacionais, políticas nacionais) e conclamam medidas dentro de um processo de visibilização da diversidade cultural, destacando-se aqui seu protagonismo e suas trajetórias históricas. O que está em jogo são as formas como reconhecemos tais protagonismos e, portanto, se os consideramos ou não como interlocutores. Desse modo, desestabilizam-se assimetrias históricas que constituíram o diferente como “objeto” e não sujeito. As tensões repousam primeiramente na capacidade de travar um diálogo posto que há uma resistência exatamente em reconhecer a legitimidade dos interlocutores. Reconhecê-los como protagonistas e, portanto, como interlocutores implicaria também uma abertura a outras maneiras de pensar o mundo social e, porque não dizer, as certezas sobre noções de nação, cidadania e pluralidade.

O termo “políticas da diversidade” objetivou repensar criticamente conceitos, evitando assim congelar os instrumentos analíticos ou impor a sujeitos históricos e agentes concretos, a redução de suas conquistas recentes a noções que os singularizam (ou folclorizam, atestando unidades) à custa de simplificar a alteridade a uma noção de parcialidade que não fora contemplada em um “todo”. Portanto, nossa ressalva fundamental se dirige às noções de alteridades levadas pelo multiculturalismo liberal quando esse exige contornos nítidos de coletividades a fim de tão somente preconizar a celebração do diverso. De modo análogo, o termo *parcialidade* foi muito usado por Estados coloniais para localizar grupos autóctones e nomeá-los como unidades controláveis. Consoante ao que fazem os antigos conceitos, essa exigência de estabilidade *a priori* vem empobrecendo nosso alcance analítico sobre as dinâmicas sempre presente no mundo social.

Ao refletir sobre como analisamos a diferença, sobre como dados contextos reificam ou invisibilizam a diversidade, adotamos um conceito de cultura que não pretende “culturalizar” os sujeitos a fim de melhor identificar os destinatários das políticas públicas. Chamamos a atenção para situações em que a (in)visibilidade revela inúmeras dinâmicas de poder, do poder de

enunciar, das formas de gestionar a relevância e existência de um *problema social*, entendendo que esse jogo discursivo repercute tanto no fazer antropológico quanto nos modos como diferentes saberes se relacionam com as novas e potentes reivindicações de cidadania. Reunimos situações diversas, experiências coletivas levadas por pessoas negras e imigrantes para evidenciar que não há uma estabilidade sobre quem seja o “outro”, mas um jogo social em que se faz necessário uma abertura das políticas públicas a demandas de acessos igualitários, reconhecimento de protagonistas e o exame das desvantagens históricas e de ordem administrativa e mais cotidiana e atual.

Nesse sentido, devemos considerar o imaginário social, teórico e político contemporâneo conformado pelo multiculturalismo como um *fato social global*, que responde a um regime de verdade particular, que interpela a constituição de sujeitos e subjetividades políticas, e constitui novos objetos de práticas governamentais, a partir das lutas pela diferença cultural. Entendemos que esta última torna-se parte da definição de cidadania em termos do direito à vida de sujeitos constituídos como “sub-humanos” no regime de verdade da colonialidade (sub-humanidade que justifica a dimensão do “deixar morrer” do biopoder) e visibiliza modos de subjetivação particulares e reconhecidos como merecedores de atenção. A diferença cultural torna-se objeto de reflexões acadêmicas, de práticas governamentais, assim como de mobilizações da sociedade civil, e pode ser entendida dentro das estratégias contemporâneas de intervenção sobre a existência coletiva.

Os antropólogos têm colocado na agenda de pesquisa o encontro com outras sensibilidades, relacionadas diretamente com sujeitos que tem tomado para si o protagonismo e contribuído para o debate sobre noções de dignidade humana e sensibilidades quanto a noções de justiça e o bom viver. Note-se que essas situações envolvem tanto os grupos que exigem visibilidade histórica quanto aqueles que se encontram em dificuldade em se fazer visíveis e reconhecidos como protagonistas de seus itinerários migratórios. Nesse jogo discursivo é necessário intensificar a escuta uma vez que essa requer uma abertura à interlocução e o impacto que ocasiona aos instrumentos analíticos e nas formas de elaboração de conhecimento.

Em termos gerais, isso tem repercutido nas propostas de abandonar perspectivas coloniais para assumir novas ênfases do trabalho de interlocução com coletividades que reiteram sua singularidade histórica e que agem no sentido de colocar-se como parte do mundo social, de um projeto nacional, ou mesmo revelada em narrativas sobre “a” história que não foi contada e

que outros deveriam conhecer. Se tais pontos de vista revelam pleitos por reconhecimento é porque posicionam sujeitos em um mundo social extraindo de zonas de sombra e invisibilidade.

Quanto à experiência negra e sua pluralidade, como foi ressaltado em várias partes do livro, o imaginário da diáspora conforma uma arena de contestação e de identificação baseados em pleitos e negociações da diferença e nutre projetos políticos, éticos e epistêmicos orientados à descolonização e à transformação por parte de sujeitos negros latino-americanos. Nesse sentido, raça entra no diálogo intercultural ao ser trazida para a discussão e intervenção na esfera pública pela militância negra, destacando modos de compreendê-la como processo identitário referente às lutas por redescobrir as “raízes/rotas” africanas no interior das complexas configurações das culturas nacionais e por desencadear processos de desracialização. Essa diferença deveria ser desvendada e (re)construída em espaços de diálogo intercultural, na própria interação, e não ser fixada (e pré-definida) nas intervenções do poder público.

No que tange a experiência de imigrantes, as formas de enunciação legitimadas como um problema social poderia ou não autorizar a adoção de políticas públicas de ajuda ou controle dos imigrantes. Os jogos discursivos que permitem fazer aparecer o “outro” também correm o risco de submeter sua experiência plural a noções preestabelecidas que selecionam sujeitos merecedores de atenção através de critérios de classe. Assim, parte da invisibilização dos imigrantes estaria subordinada a legitimidade que conferimos a atenção da subalternidade e não exatamente uma abertura a escuta da experiência individual e social dos sujeitos que estão a refazer suas vidas com inúmeras limitações. Tais limitações, quais seriam? Talvez, inclusive revelem mais sobre nosso cotidiano “nacional” do que sobre os próprios imigrantes e “sua” cultura.

É no sentido de aprimorar uma escuta de alteridades que retomamos a noção de direitos humanos. Inicialmente, todos parecem concordar e aderir a ideia ampla de resgate dos direitos humanos dos sujeitos através de políticas públicas que atendam o fundamental e, dessa forma, atendendo plenamente as noções de promoção da dignidade humana. Essa percepção é muito inquietante para os antropólogos, uma vez que definir o “fundamental” é, igualmente, reduzir as possibilidades e escuta de pleitos específicos em detrimento de outros considerados mais de acordo com ideias abstratas sobre “direitos fundamentais”.

Ao trazer à tona o modo como antropólogos vêm se relacionando com as noções de direitos humanos, gostaríamos de desvincular essa noção de uma atenção pontual a demandas e do papel da ciência em sedimentar e fixar noções sobre direitos fundamentais ao evidenciar que se abre aí um terreno em que as noções de dignidade humana que manejamos inicialmente e que são reformuladas através da aproximação com outras experiências socioculturais.

Colocamos em destaque os esforços por romper (in)visibilidades instituídas, presentes nos exemplos evocados no conjunto desse livro. Reconhecemos que esse é um esforço de rupturas epistemológicas e em direção a uma antropologia voltada a colocar em relevo a agência de sujeitos históricos e os sentidos ênicos da “diferença”, em especial, quando ela aparece diretamente relacionada a pleitos pela igualdade de dignidade. Com isso, gostaríamos de realçar o terreno das negociações simbólicas, como ampliações de sentido (inclusive de ideários nacionais) envolvidas em processos que são, muitas vezes, relegados analiticamente a uma reedição da ideia de “emergência” étnica ou de pleitos “minoritários”. O efeito discursivo de torná-los grupos singularizados é o de reduzi-los a meros exemplos, parcialidades, dentro de noções de multiculturalismo de estados pós-coloniais.

Esse volume foi, portanto, o nosso convite para abriremos nossa percepção às políticas da diversidade e a alteridades, mantendo-nos receptivos ao inusitado e aos diversos sentidos de dignidade nelas expressos.